

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

ESC2

ESPECTRO,  
SOCIEDADE E  
COMUNICAÇÃO  
2013

○ RÁDIO DIGITAL  
NO CONTEXTO BRASILEIRO



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

# ESC2

## ESPECTRO, SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO

### 2013

#### Realização



CTeMe

SAMPA



#### Financiamento



OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS



Departamento  
de Informática  
PUC-RIO



CAPES

Ministério da  
Educação

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

0001 0011 0001 0101 0111 0110 1001 0011 0001 0101 0101 1100 1010 0011 0110 1010 0101 0111 0101 0111  
1000 1010 1000 1110 1010 1110 1010 1001 1001 0100 1110 0101 0110 1010 1110 0101 0100 1010 1001 0111  
0011 0101 0110 0100 1001 0101 0001 1001 0101 0011 0011 0001 0110 1010 1110 0101 0100 1010 1001 0111  
0011 0101 0110 0100 1001 0101 0001 1001 0101 0011 0101 0100 1010 1000 1010 1001 0111 1001 0101 0000  
1010 1001 1000 1010 0101 0100 1110 1011 0101 0101 1100 1100 1111 0101 0100 1010 0011 0101 0110 0111  
0101 0001 0011 0001 0101 0111 0110 1001 0011 0001 0101 0101 1100 1010 0011 0110 1010 0101 0111 0101  
0111 1000 1010 1000 1110 1010 1110 1010 1001 1001 0100 1110 0101 0110 1010 1110 0101 0100 1010 1001  
0111 0011 0101 0110 0100 1001 0011 0011 0001 0101 0101 1100 1010 0011 0110 1010 0101 0111 0101 0111  
1000 1010 1000 1110 1010 1110 1010 1001 1001 0100 1110 0101 0110 1010 1110 0101 0100 1010 1001 0111  
0011 0101 0110 0100 1001 0101 0001 1001 0101 0011 0101 0100 1010 1000 1010 1001 0111 1001 0101 0000  
1010 1001 1000 1010 0101 0100 1110 1011 0101 0101 1100 1100 1111 0101 0100 1010 0011 0101 0110 0111  
0101 0001 0011 0001 0101 0111 0110 1001 0011 0001 0101 0101 1100 1010 0011 0110 1010 0101 0111 0101  
0111 1000 1010 1000 1110 1010 1110 1010 1001 0011 0010 0110 0110 0001 1110 1010 1010 1010 1111 0100

**CIP- Brasil. Catalogação na fonte**  
**Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.**

**O Brasil e a agenda da sustentabilidade;**  
**Rio de Janeiro : CEBRI, Novembro de 2012.**  
**ISBN: 978-85-89534-06-2**

**Inclui bibliografia.**

**1. Brasil 2. Sustentável 3. Política 4. Economia**  
**5. Sociedade civil**

**Todos os direitos reservados ao:**  
**Centro Brasileiro de Relações Internacionais**  
**Rua da Candelária, 9 / 2º andar – Centro**  
**Cep: 20091-020 – Rio de Janeiro, RJ**  
**Tel: 21 2206-4444/ Fax: 21 2206-4422**  
**[cebri@cebri.org.br](mailto:cebri@cebri.org.br)**  
**[www.cebri.org.br](http://www.cebri.org.br)**



# Sumário

[illegible]



# Introdução

Desde 1972, quando foi realizada a primeira conferência global sobre o meio ambiente, em Estocolmo, questões ambientais têm ganhado cada vez mais destaque na política internacional. Atualmente, diante de inúmeros estudos científicos que tratam dessa temática e remetem à urgência dos problemas ambientais – em especial, da questão das mudanças climáticas –, vários países reconhecem a necessidade de se adotar medidas para evitar futuros possíveis cenários de catástrofes em escala mundial. Não obstante, as negociações em fóruns multilaterais voltadas para o desenvolvimento sustentável têm se mostrado difíceis e enfrentado obstáculos característicos às tomadas de decisões em nível global sobre questões de longo prazo: lentidão, ausência de metas e de compromissos legalmente vinculantes.

No que diz respeito ao Brasil, é perceptível o empenho do Governo em atuar de forma afirmativa nos fóruns de discussões sobre temas ambientais, uma vez que tal posicionamento pode contribuir para a consolidação de uma posição de maior destaque nessa área, no cenário internacional. Assim sendo, o País tem patrocinado esforços que visam à promoção do desenvolvimento sustentável como um objetivo comum, capaz de articular diversos interesses internacionais. Em 2012, vinte anos após sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também chamada de Eco92, o Brasil novamente recebeu um grande encontro mundial sobre preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e economia verde.

Além de ter atuado como protagonista na concepção da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), mais conhecida como Rio+20, o Brasil também exerceu sua função de anfitrião e mediador das negociações durante o encontro, buscando reafirmar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável através do estabelecimento de uma agenda para o futuro. No entanto, na Rio+20, o papel de destaque não esteve restrito aos Estados nacionais – tradicionalmente, os atores privilegiados das relações internacionais. O setor privado e a sociedade civil também tiveram atuações importantes, uma vez que os compromissos para avançar a agenda da sustentabilidade não foram firmados apenas na Conferência, mas também nos eventos paralelos e nos encontros realizados por atores não estatais, organizações internacionais e governos subnacionais.

Consequentemente, não é possível fazer uma avaliação consistente dos resultados da Conferência levando em conta apenas o documento final, “O Futuro que Queremos”. Para entender o legado da Rio+20, é

também preciso considerar, entre outros, o acordo das megacidades, as iniciativas corporativas e o impacto que esses eventos tiveram na conscientização da sociedade.

Convencido da importância da discussão das questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e buscando contribuir com a construção de uma possível agenda da sustentabilidade, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), com o importante suporte da Fundação Konrad Adenauer (KAS), desenvolveu, no corrente ano, o projeto que dá nome a esta publicação. Estruturado de acordo com três eixos analíticos, o projeto teve suas discussões dirigidas aos desafios e às oportunidades que a agenda da sustentabilidade representa para o Estado brasileiro, para o setor privado nacional e para a sociedade civil do País. Desse modo, foi possível abordar em profundidade as dimensões política, econômica e social do desenvolvimento sustentável e elaborar propostas de ações concretas, relacionadas com os temas de meio-ambiente e desenvolvimento.

Como parte das atividades deste projeto, o CEBRI e a KAS promoveram, ao longo de 2012, encontros que congregaram representantes do Governo brasileiro e da iniciativa privada, assim como, acadêmicos e membros de organizações da sociedade civil. Essas reuniões tiveram como objetivo debater e avaliar a participação brasileira nas discussões políticas relevantes para os temas de meio-ambiente e desenvolvimento e a atuação do setor privado e da sociedade civil nessas áreas. Dentre as principais questões abordadas, destacaram-se os esforços diplomáticos visando à concretização de acordos internacionais voltados para o desenvolvimento sustentável, as possibilidades de ganhos econômicos ao longo do processo de mudança para uma economia de baixo carbono e as convergências entre a agenda da sustentabilidade e a agenda do desenvolvimento. Estes e outros pontos foram desenvolvidos e aprofundados nos três textos que compõem esta publicação: “A dimensão econômica da agenda da sustentabilidade”; “O Brasil na transição para a economia verde de baixo carbono”; “Desafios e resiliência no campo socioambiental”.

Ainda, com base nas discussões e pesquisas realizadas, foi possível formular recomendações para o Estado, para o setor privado e para a sociedade civil brasileira. Destacamos, a seguir, as principais propostas de ações para esses atores, que desenvolvemos a partir do conhecimento acumulado ao longo do projeto. A nossa expectativa é que tais recomendações possam servir como subsídios na formulação de políticas e auxiliar na superação dos principais obstáculos ao desenvolvimento sustentável no Brasil.

É importante que ocorra uma reorientação dos princípios da macroeconomia, privilegiando a qualidade no lugar da quanti-

dade do crescimento, incluindo princípios verdes nas compras públicas, na tributação e na concessão de crédito. Ajustando a política macroeconômica e implementando de maneira efetiva essas diretrizes verdes, o Estado pode aquecer a economia com condições sustentáveis e direcionar os investimentos para iniciativas que não prejudicam o meio ambiente.

A Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, deve ser efetivamente implementada e regulamentada. Como expressão política e normativa de um novo paradigma de desenvolvimento, que vai além de variáveis estritamente econômicas e inclui também fatores ambientais e ecológicos, a sua implementação é fundamental para a transição para a economia de baixo carbono.

O setor privado deve identificar e aproveitar as oportunidades para inovação e certificação ambiental. Agregando valor verde, o setor privado pode obter ganhos econômicos e contribuir com a transição para a economia de baixo carbono. Nesse sentido, as empresas e indústrias brasileiras devem buscar se inserir em um novo modelo competitivo, caracterizado pela sustentabilidade.

Os cidadãos e a sociedade civil organizada devem, cada vez mais, exercer o seu papel de cobrança, zelando para que as políticas adotadas pelas empresas e pelo governo tenham um teto ambiental, delimitado pelos limites naturais do planeta, e um piso social, que garanta os direitos essenciais dos cidadãos.

As organizações da sociedade civil devem fortalecer o seu papel de articulação. O envolvimento de todos os setores da sociedade é necessário para a realização de ações que favoreçam a sustentabilidade e contribuam com a transição para uma economia de baixo carbono e as organizações da sociedade civil podem ter um papel importante na articulação deste pacto social.

Ao fim desse trabalho, o CEBRI registra aqui o especial agradecimento pelo empenho e dedicação dos autores que contribuíram com projeto “O Brasil e a Agenda da Sustentabilidade”, mediante a elaboração dos artigos acima citados, e também a todos os especialistas e colaboradores que participaram desse programa, aportando comentários e opiniões.

Maria Fatima Berardinelli Arraes de Oliveira  
Diretora do CEBRI

Renata Hessmann Dalaqua  
Coordenadora do projeto





# Dimensão Econômica da Agenda da Sustentabilidade: Desafios pós-Rio+20

Carlos Eduardo Frickmann Young

O objetivo desse artigo é apresentar ideias que contribuam para o estabelecimento de uma relação sinérgica entre o setor produtivo, o setor público e a sociedade como um todo. Essas ideias serão discutidas a partir de quatro grandes temas, desenvolvidos nas próximas seções: a atuação do setor privado; o papel do Estado; o financiamento para a transição e os indicadores para uma economia verde.

**Palavras Chave:** Brasil; Políticas Públicas; Economia Verde; Desenvolvimento Sustentável.

Carlos Eduardo Young é doutor em Economia pela Universidade de Londres e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

## 1. A Rio+20 e a Nova Perspectiva da Sustentabilidade

Existe uma diferença grande na análise dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro. De modo geral, a Conferência frustrou as expectativas em termos de metas e de rumos claros para a tão desejada transição para o desenvolvimento sustentável. Em grande medida, a apatia e o pessimismo percebidos após a conclusão da Conferência se deveram à falta de ousadia e de interesse por parte dos governos nacionais - os principais atores convocados para a Rio+20 - cuja atuação foi restrita apenas a discursos de boas intenções, sem que resultados concretos fossem alcançados. Na verdade, essa já era a expectativa por parte dos analistas, evidenciando a crise dos grandes acordos globais, como revelado no impasse acerca do futuro pós-Protocolo de Kyoto.

Contudo, um outro aspecto da Rio+20 foi mais bem sucedido: os acordos firmados por governos subnacionais, organismos não governamentais e empresas. Isso revela que há uma mudança na liderança das ações para a sustentabilidade, com muito mais peso para as instituições que “agem localmente”, como as empresas e suas distintas formas de associação. Apesar da ausência de regulações na esfera “macro”, devido a já referida pálida atuação dos governos nacionais e, conseqüentemente, dos organismos supranacionais (incluindo a própria Organização das Nações Unidas, que se mostrou impotente diante da apatia dos governos nacionais), diversos acordos e iniciativas formam firmados. Pode-se citar, por exemplo, as iniciativas UN Global Compact e TEEB (em português, “A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade”), de caráter mais geral, e ações mais específicas, como a WAVES (em português, “Contabilidade da Riqueza Natural e Serviços Ecossistêmicos”)<sup>1</sup>. É importante frisar que essas mudanças podem – e devem – alterar as decisões de investimento das empresas e governos, uma vez que os parâmetros de avaliação de projetos são modificados quando aspectos socioambientais também são incorporados, e o sucesso ou fracasso do empreendimento deixa de ser consequência apenas dos resultados financeiros atingidos.

Esses avanços nas práticas empresariais têm enorme importância, pois o tema da sustentabilidade estabelece a relação entre as decisões de investimento de hoje com as condições de vida no longo prazo. As condições econômicas do presente moldam as condições futuras tanto da estrutura produtiva quanto dos demais condicionantes da sociedade. Nessa perspectiva, os agentes econômicos, privados ou públicos, devem considerar outros elementos além dos que são convencionalmente considerados no processo de investimento produtivo. Além da preocupação em maximizar o nível de atividade econômica presente e a capacidade produtiva futura, a atenção com a sustentabilidade impõe compromissos sociais e ambientais que antes eram

<sup>1</sup> WAVES é uma parceria internacional, organizada pelo Banco Mundial, destinada a introduzir práticas contábeis nas empresas que as auxiliem a lidar com variáveis não convencionais nos seus ba-

estranhos à tomada de decisão. Em outras palavras, deve-se preocupar não apenas com “o que fazer”, mas também com “como fazer”.

Como resultado dessa revolução, os gastos em gestão ambiental não devem ser vistos como custos impostos pela burocracia estatal ou pela pressão de ambientalistas radicais, mas como possibilidades de inovação que reduzam custos de produção no médio e longo prazo (por exemplo, evitando desperdícios e ineficiências no consumo de energia e matérias-primas). Além disso, podem ser formas de conquistar novos mercados, por meio da melhoria da imagem da empresa e seus produtos junto aos consumidores. Ou seja, custos são revertidos em benefícios: o que seria um problema (atender às normas socioambientais) passa a ser uma vantagem, por causa dos potenciais ganhos de rendimento, produtividade e mercado. Ao mesmo tempo, com mais recursos, os consumidores passam a ser mais exigentes com as pegadas ecológicas dos produtos que consomem, e o aumento do gasto em recuperação ambiental eleva a demanda efetiva e o nível de emprego. Portanto, podem-se criar situações de “ganho-ganho”, onde o aumento de competitividade é simultâneo à melhoria das condições ambientais e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população. Revertendo o mito, pode-se dizer que crescimento econômico e qualidade ambiental são complementares em um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável.

Mas esse ciclo virtuoso não se concretiza de forma espontânea. É preciso que tanto o setor produtivo quanto o setor público construam uma relação de sinergia, de modo que o marco regulatório favoreça o comportamento proativo por parte das empresas e que, por sua vez, as empresas atuem de forma mais contundente na construção deste novo paradigma. Também é necessária a garantia de fontes estáveis de financiamento em condições que impeçam o imediatismo – percepção míope que privilegia os resultados de curto prazo em detrimento do custo de problemas futuros, de dimensão muito maior. Por isso, além das políticas ambientais explícitas, as políticas fiscais e financeiras também têm efeito crucial no estabelecimento de obstáculos ou incentivos para alcançar as metas da sustentabilidade.

Assim sendo, é o objetivo deste artigo apresentar ideias que contribuam para o estabelecimento de uma relação sinérgica entre o setor produtivo, o setor público e a sociedade como um todo. Essas ideias serão discutidas a partir de quatro grandes temas, desenvolvidos nas próximas seções: a atuação do setor privado; o papel do Estado; o financiamento para a transição e os indicadores para uma economia verde.



**Produção Editorial:**  
**Maria Fatima Berardinelli Arraes de Oliveira**  
**Rafael Costa**  
**Renata Hessmann Dalaqua**

**Revisão:**  
**Andressa Maxnuck**  
**Renata Summa**

0001 0011 0001 0101 0111 0110 1001 0011 0001 0101 0101 1100 1010 0011 0110 1010 0101 0111 0101 0111  
1000 1010 1000 1110 1010 1110 1010 1001 1001 0100 1110 0101 0110 1010 1110 0101 0100 1010 1001 0111  
0011 0101 0110 0100 1001 0101 0001 1001 0101 0011 0011 0001 0110 1010 1110 0101 0100 1010 1001 0111  
0011 0101 0110 0100 1001 0101 0001 1001 0101 0011 0101 0100 1010 1000 1010 1001 0111 1001 0101 0000  
1010 1001 1000 1010 0101 0100 1110 1011 0101 0101 1100 1100 1111 0101 0100 1010 0011 0101 0110 0111  
0101 0001 0011 0001 0101 0111 0110 1001 0011 0001 0101 0101 1100 1010 0011 0110 1010 0101 0111 0101  
0111 1000 1010 1000 1110 1010 1110 1010 1001 1001 0100 1110 0101 0110 1010 1110 0101 0100 1010 1001  
0111 0011 0101 0110 0100 1001 0011 0011 0001 0101 0101 1100 1010 0011 0110 1010 0101 0111 0101 0111  
1000 1010 1000 1110 1010 1110 1010 1001 1001 0100 1110 0101 0110 1010 1110 0101 0100 1010 1001 0111  
0011 0101 0110 0100 1001 0101 0001 1001 0101 0011 0101 0100 1010 1000 1010 1001 0111 1001 0101 0000  
1010 1001 1000 1010 0101 0100 1110 1011 0101 0101 1100 1100 1111 0101 0100 1010 0011 0101 0110 0111  
0101 0001 0011 0001 0101 0111 0110 1001 0011 0001 0101 0101 1100 1010 0011 0110 1010 0101 0111 0101  
0111 1000 1010 1000 1110 1010 1110 1010 1001 0011 0010 0110 0110 0001 1110 1010 1010 1010 1111 0101  
0101 0011 0011 0010 1000 1100 1010 1010 1100 0011 0101 0011 0001 0101 0101 1100 1010 0011 0110 1010



